

Distribuição Gratuita 8.000 exemplares

Qualidade, preco ou prazo?

Na dúvida fique com os três!

(41) 3343-6275

www.sertecengenharia.com.br

FINANCIAMENTO GARANTIDO



(41) 3015-7300 9195-1173

www.wcaengenharia.com.br atendimento2@wcaconstrucoes.com.br



Feliz Natal e Próspero Ano Novo!!



Administradora de Condomínios,

Síndico Profissional e Muito Mais.

contato@marmocondominios.com.br | 41 3069-5656

Reduza em até 100% a inadimplência do seu condomínio sem custo! Samir Mattos Contate-nos e saiba como! (41) 3011-3715 www.samirmattos.com.br

Direito do Trabalho * Direito Condominial

Cobrança * Assessoria Juridica* 3402-7689 INFOTEC 8780-2217

CFTV - Cameras de Segurança Controle de Acesso - Controle de Acesso Veicular Interfone - Redes / TI

www.topinfotec.com.br - contato@topinfotec.com.br



Contabilidade - Recursos Humanos - Serviços Financeiros Cobrança Judicial e Extra Judicial - Assessoria Juridica

3324-5928 www.martinsalves.com.br



CACA VAZAMENTO Elétrica e Hidráulica Manutenções Preventivas Pinturas - Telhados Impermeabilização

3369-2994 / 9997-8371

agendamentoexcelencia@gmail.com



Sua Gestão com Segurança

ErnestGardemann

Administração de Condomínios Contabilidade Especializada Auditorias e Cobranças Seu condominio ON-LINE 24h

3020-7800 www.egconsult.com.br



CALHAS - TELHADOS - MANUTENÇÃO Especializada em calhas

FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CALHAS

- RUFOS, CANTONEIRAS E EXAUSTORES FABRICAÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORMAS DE TELHADOS
- LAVAÇÃO E PINTURAS DE TELHADOS
- LAVAÇÃO DE FACHADAS

FAZEMOS CONTRATO PARA MANUTENÇÃO DE TELHADOS 3058-0539 / 3084-5078 9633-7772

EXPEDIENTE

Publicação Mensal da: MD Publicidade

Rua Cascavel, 420 nº 07, Boqueirão CEP 81670-180 - Curitiba - Paraná Tel.: (41) 3029.9802 curitiba@jornaldosindico.com.br

> Autorizado pela Publik Editora Ltda. para uso da marca.

Fundador: Aroldo de Lima Marcelo

> Diretor: Maurilei Ruggi

Comercial: Nilzete Mem

Diagramação: Laura Ruggi

Redação: Ceclia Lima

Assessoria Juridica: Dr. Atila Gadelha Marcelo OAB/BA 24,542

Colaboradores: Dr. Luiz Fernando de Queiroz Dr. Rudinei Maciel Dr. José George Moura Alves (Joe'A)

ABC Paulista/SP - 11 4509.5853 ruy@jornaldosindico.com.br

Araraguara/SP - 16 3114 8000

Baixada Santista/SP - 13 4009.3971

Brasilia/DF - 61 3362 0732

Belo Horizonte/MG - 31 3337.3060 marcio@jornaldosindico.com.br

Campinas/SP - 19 3233,1652 campinas@jornaldosindico.com.br

Curitiba/PR - 41 3029.9802 maurifei@jornaldosindico.com.br

Fortaleza/CE - 85 3283.2627 fortaleza@jornaldosindico.com.br

João Pessoa/PB - 83 3031.1133 joaqpessoa@jornaldosindico.com.br

Niterál/RJ - 21 2622.5312

Recife/PE - 81 3053.9894 recife@jornaldosindico.com.br

Rio de Janeiro/RJ - 21 2210.2902 riodejaneiro@jornaldosindico.com.br

São Paulo/SP - 11 5572.5250

livia@jornaldosindico.com.br

Salvador/BA - 71 3351.2853 salvador@jornaldosindico.com.br

Sorocaba/SP - 15 3418.1181 sorocaba@jornaldosindico.com.br

Nossa Mensagem

Nossa edição de dezembro chega às suas mãos marcando simbolicamente o fim de 2015. Esse é mais um ciclo de 12 meses que se fecha e o momento é oportuno para fazer junto a síndico e condôminos uma retrospectiva do ano que está por se findar. Quais eram nossas metas em janeiro? Elas foram cumpridas satisfatoriamente? Se não, qual o motivo para isso não ter ocorrido?

Além de olhar para trás com uma visão analítica e crítica, é necessário também mirar no porvir e planejar o que se pretende realizar nesse ano de 2016 novinho em folha que baterá à nossa porta. Que desafios precisam ser superados? Oue melhorias podem ser introduzidas no condomínio? Ouais os meios viáveis para concretizar isso tudo próximos meses?

O Jornal do Síndico é companheiro fiel na dificil e honrosa missão de se administrar um patrimônio coletivo. Ao longo de nossa extensa história de mais de 20 anos no ramo condominial, acumulamos experiências e aprendizados sempre procurando levar ao leitor o que ele precisa saber e o que é de maior relevância no contexto atual do universo dos síndicos de condomínios

Na última edição de 2015, trazemos informações sobre a decisão inédita do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que abriu um precedente para multar quem não paga em dia: o inadimplente que não cumpre com seus deveres perante o condomínio, poderá, desde que aprovada sanção em assembleia, ser obrigado a pagar multa em até dez vezes o valor atribuído à contribuição.

A novidade chega em boa hora. Muitos condomínios estão em crise, sem conseguir proceder com seus compromissos ordinários por falta de recursos. Está faltando dinheiro no bolso do cidadão

brasileiro e, infelizmente, a taxa condominial é quase sempre a primeira despesa a ser sacrificada. Isso se evidencia, por exemplo, no fato de somente na cidade de São Paulo, o número de ações judiciais por falta de pagamento de condomínio aumentou 28% em 2015.

Essa e outras matérias atualizadas sobre legislação, administração, decoração, e manutenção predial você lê na nossa edição de dezembro, feita pensando no seu cotidiano. A todos os nossos leitores fiéis desejamos boas festas e um feliz 2016 repleto de alegrias e realizações! Boa leitura!

Os Editores



INDICADORES

	Jun 15	Jul 15	Ago 15	Set 15	Out 15	Nov 15
IGP-M (FGV)	0,67	0,69	0,28	0,95	1,89	1,52
INPC (IBGE)	0,77	0,58	0,25	0,51	0,77	1,11
TR	0,18	0,23	0,18	0,19	0,18	0,13
TJLP (%)	0,60	0,65	0,65	0,65	0,58	0,58
CUB/Pr	0,56	4,60	0,17	0,20	0,28	0,26

GPS

OBRIGAÇÕES

Admissão/Demissão - comunicar o Ministério do Trabalho até o dia 7 do mês seguinte. Recolhimento do INSS até o dia 2 do mês subsequente. Recolhimento do FGTS 8,0% sobre a folha de pagamento, até o dia 7 do mês seguinte.

Recolhimento do PIS, 1% sobre a folha de pagamento até o 20° dia do mês seguinte, o ISS sobre o serviço prestado.

Deduções:

- R\$189,59 por dependen-1)
- R\$1.499,15 por aposentadoria (apenas uma) a quem já completou 65 anos:
- Pensão alimentícia:
- Valor de contribuição pago no mês à Previdência Social.

Trabalhador assalariado Alíquota

CONTRIBUIÇÃO INSS

Salário Contribuição Até 1.399,12 8,0 De 1.399.13 até 2.331.88 9.0 De 2.331,89 até 4.663,75

Atenção: Pagamento até o dia 20 do mês subsegüente ao de competência. Não haven do expediente bancário prorrogado o prazo para o 1º dia útil seguinte. A partir desse vencimento, multa de 0,33% ao dia, com limite de 20%, juros 1% + Selic acumulada. Na dúvida, consulte o Núcleo de Orientação ao Contribuinte do INSS. 0800780191

** Alí- quotas para determinar base de cálculo do IRRF: 8%, 9% e 11%

IMPOSTO DE RENDA

sempre 0,5).

20% Sobre a Folha, como parcela

do condomínio: 2% (com aplicação

do FAP*, cai para 1%), contribuição

de acidente de trabalho (2% para ris-

co médio e 3% para risco máximo):

4.5% sobre a Folha, contribuição de

Salário Família - Até R\$725,02 =

(FAP*: é o FATOR ACIDENTÁRIO

DE PREVENÇÃO, que pode variar

de 0,5 a 2,00%, para condomínios e

terceiros (SESC, SENAI,etc);

37,18 / Até R\$1.089,72 = 26,20

Base Cálculo Alíquota A deduzir Até R\$1.903.98 De R\$1.903,99 até 2.826,65 7,5% R\$142,80 De R\$2.826,66 até 3.751,05 15,0% R\$354,80 De R\$3.751,06 até 4.664,68 22,5% R\$636,13 Acima de R\$4.664,68 27,5% R\$869,36



www.agilmanutencaopredial.com.br

Você merece ser atendido por uma empresa com

Atenção: crianças de férias

Nos próximos dois meses, crianças e adolescentes permanecerão mais tempo no condomínio, devido às férias escolares. E, neste tempo, eles querem aproveitar o tempo livre para se divertir no condomínio. Promover atividades recreativas pode ser uma alternativa para estes condomínios mirins e dar bons resultados.

Epoca de férias escolares. Tudo se complica quando junta um grupo de crianças que se acha no direito de tudo poder fazer. É o momento de síndicos e pais pensarem na distração e entretenimento das crianças e adolescentes, antes que os estragos aparecem. É comum encontrar condomínios onde crianças, sem ter o que fazer, ficam pelo prédio soltas e sozinhas, causando problemas ao zelador e funcionários em geral. Atividades coordenadas e criativas distraem e ocupam os "baixinhos" deixando-os longe das ações que depreciam o condomínio.

As alternativas são muitas, que vão desde passeios recreativos, a jogos desportivos dentro do prédio. O importante é que tudo seja feito em conjunto e participação das crianças, adolescentes e pais. Existem empresas que desempenham este trabalho, que pode ser uma semana,

dias ou até um mês. O objetivo, alem de entretê-las e lhes dar ocupação, é também para promover a integração dos condôminos e aproveitar os espaços do condomínio. Atividades com recreacionistas e orientadores demandam algum custo, como é o caso das grandes gincanas promovidas por empresas especificas. Nessa gincana são formadas duas equipes que se confrontam, com brincadeiras de acordo com as faixas etárias: um garoto de 8 anos terá atividades diferentes de um garoto de 16 anos, entretanto o resultado final da brincadeira tem o mesmo valor.

As atividades devem ser essencialmente lúdicas, prazerosas e descontraídas, sem a preocupação de aulas e tarefas escolares. Ao final da programação é feita a premiação e para a festas de encerramento a equipe perdedora leva os salgadinhos e doces, enquanto a outra os refrigerantes.

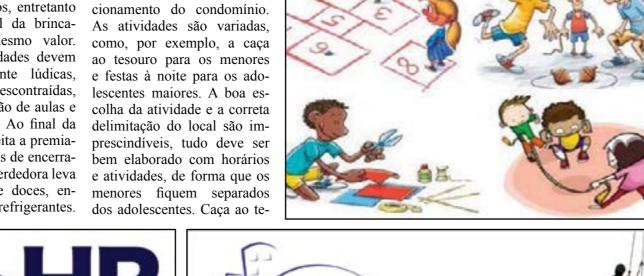
Quase de graça

Uma opção que o sindico pode lançar mão sem demandar recursos financeiros altos: ocupar os espaços do prédio com atividades escolhidas pelas crianças. Inicialmente, o sindico, com antecedência, leva o assunto à assembléia e com a participação e opinião das crianças e adolescentes, cria-se um calendário de atividades. Determina-se um local especifico, a fim de as crianças não invadirem a estrutura de funsouro, com enigmas, pistas, enriquece muito a brincadeira e estimula a criatividade, alem de as crianças gostarem muito. A participação de adulto, caso de pais que estejam em férias no condomínio, ajuda bastante na organização e preparação. Atividades artísticas, teatrinhos, temas bem leves e

alegres, também podem ser feitos no próprio prédio. Excursões e jogos sem[pré monitorados podem também ser instrumentos para o sindico ocupar seus "condôminozinhos" e poder respirar um pouco durante a temporada de férias.

> Jornalista é colaboradora do Jornal do Síndico







Fone: (41) 3276-8153 | Fax: 3042-1953

consulta@hrengenharia.com | www.hrengenharia.com



41 3272-3517

www.acaoengarq.com acao@acaoengarq.com

sua obra em até 24x

Piscinas coletivas merecem cuidado redobrado no verão

Com o mês de dezembro chega a estação mais quente do ano e com ela também a temporada de férias. Com o calor do verão, a tendência é que as piscinas dos condomínios fiquem mais frequentadas e o rigor nas manutenções desta área deve ser ainda maior que nos demais meses do ano, a fim de garantir a segurança e o lazer dos condôminos.

O ano de 2014 registrou lamentáveis incidentes envolvendo acidentes fatais em piscinas de condomínios. Os casos possuem características similares: mortes de crianças que tiveram cabelos e até braço sugado por ralos das piscinas.

Isso é comum porque muitas pessoas optam por dispositivos de sucção com potência maior que a recomendada, apenas para que a limpeza da água ocorra em menos tempo. A escolha é equivocada e deve-se sempre

instalar motores adequados para o tamanho da piscina. Outro cuidado deve ser redobrado em relação aos ralos: a piscina não pode nunca ficar sem ralo ou com um quebrado.

Além da estrutura, é necessário estar alerta à qualidade da água, que deve ser tratada o ano todo, independentemente de a piscina estar sendo usada. Com relação à sanitização, o farmaçêutico Luciano Blumm, consultor da Guarida Imóveis, indica que a melhor forma de garantir a segurança é através da contratação de um profissional especializado, geralmente com as atividades apoiadas pelo zelador.

"O monitoramento ideal é feito por meio de avaliações laboratoriais periódicas, onde são realizadas análises químicas e microbiológicas. Esses testes vão verificar se o tratamento está adequado e garantir a sanitização, evitando proli-

feração de diversas doenças. Com os laudos das análises, o síndico saberá se o zelador está seguindo as orientações fornecidas pelo profissional", explica o farmacêutico.

A periodicidade de tratamento varia conforme o uso. "Normalmente, em período de temporada é recomendável tratamento diário e fora de temporada de 2 a 3 vezes na semana", conta. Sobre o pH da água, Blumm explica que a medida ideal para piscinas é entre 7,0 a 7,4, o que garante conforto aos banhistas, evitando irritação nos olhos, mucosas e pele, além de garantir máxima eficácia dos produtos, especialmente o cloro.

Para Newton Nunes, diretor de Condomínios da Guarida Imóveis "a responsabilidade do síndico é acompanhar se a manutenção e a limpeza estão sendo feitas adequadamente", pondera. As tristes ocorrências de mortes devem servir de alerta ao síndico para tomar todas as medidas de precaução, uma vez que - em acidentes como esses - o gestor do condomínio pode ser acusado de negligência e omissão, podendo ser responsabilizado pelo fato.

Isso em razão do artigo 132 do Código Penal, que prevê pena de detenção a quem expõe a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente. Jornalista é colaboradora do Jornal do Síndico







Legitimidade questionada:

STF examinará validade de lei municipal que obriga instalação de hidrômetros individuais

A individualização de hidrômetros tem sido uma tendência aderida em muitos condomínios pelo Brasil inteiro, sobretudo devido à atual crise de abastecimento de água, que cobra uma postura de economia e uso racional desse recurso. No intuito de exercer maior pressão para que os condomínios se adaptem ao uso de hidrômetros individuais, cidades brasileiras instituíram leis que obrigam essa mudança, um exemplo recente é Belo Horizonte. O debate sobre a legitimidade dessas leis municipais chegou ao Supremo Tribunal Federal.

O STF examinará o alcance da competência municipal para legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios. A iniciativa se deu após acórdão do Tribunal Regional Federal (TRF-5) que, ao manter sentença de primeira instância, invalidou a Lei municipal 2.879/2000, de Aracaju (SE), a qual determina a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios construídos na cidade. Aquele tribunal considerou que tal exigência é matéria de competência privativa da União.

No Supremo, a Defensoria Pública da União (DPU) aponta ofensa ao artigo 30, incisos I e V, da Constituição Federal. Alega que o controle de consumo individual de água é de interesse do município e do consumidor, não interferindo na competência atribuída à União pelos artigo 21, inciso XII e artigo 22, inciso IV da Constituição. Na preliminar de repercussão geral, a recorrente alega que está em discussão a aplicabilidade da competência legislativa municipal em prol do amplo interesse de seus cidadãos e do ambiente.

O relator do caso, ministro Edson Fachin, considerou que o assunto "transcende os interesses das partes em litígio", merecendo, portanto, a análise pelo Supremo. Para ele, apesar de a União ter competência privativa para legislar sobre águas (artigo 22, inciso IV, da CF), são comuns e concorrentes, respectivamente, as competências para a proteção ao meio ambiente e para o consumo. "Com efeito, o tema é multifacetado, porque afeta transversalmente uma série de competências fixadas pela Constituição", avaliou o ministro, ressaltando que a questão atinge, indistintamente, todos os entes da federação.

A manifestação do relator foi acompanhada, por maioria, em deliberação no Plenário Virtual. Com o reconhecimento da repercussão geral, o mérito do recurso será analisado pelo STF e a

decisão a ser tomada no caso deve ser adotada pelos demais tribunais nos processos que tratam da mesma matéria.

Jornalista é colaboradora do Jornal do Síndico







25 ANOS de experiência atuando no Paraná/Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina Obras Federais Estaduais e Municipais e Privadas

Hidráulica - Elétrica - Gesso - Pintura Telhado - Impermeabilização Incêndio - Lavagem de Fachada Restauração - Projeto Arquitetônico Estrutura Metálica - Quadra Poliesportiva Restauração de Concreto - Autovistorias

3359-0083 9697-4586





www.excalibuirengenharia.com.br

Câmeras em condomínios e o direito à privacidade

O uso de câmeras de monitoramento em condomínios é cada vez mais comum, porém, ainda existem inúmeras dúvidas sobre quando as gravações podem ser acessadas e utilizadas. Por princípio, a finalidade das filmagens no prédio é garantir a segurança dos moradores, e em São Paulo, por exemplo, a Lei nº 13.541/2003 exige a colocação de placas de forma visível nos ambientes filmados, com os seguintes dizeres: "O ambiente está sendo filmado. As imagens gravadas são confidenciais e protegidas, nos termos da lei".

Produzir provas contra moradores não deve ser função das câmeras, e o condomínio pode ser responsabilizado pela divulgação das gravações se de alguma forma trouxer qualquer situação vexatória ou constrangedora à pessoa exposta nas

imagens. Poderá, inclusive, ser condenado a reparar financeiramente quem prejudicado. Por isso, muita cautela deve ser tomada antes da liberação das imagens.

Uma situação que poderia ter sido evitada pela administração de um condomínio do Rio de Janeiro, mas que acabou resultando em processo judicial, foi a exposição de uma moradora diante de todos os vizinhos através do circuito interno de TV do prédio após ela ter amassado uma folha de papel e jogado no chão do elevador. O condomínio carioca foi condenado a pagar mil reais por danos morais.

De acordo com os argumentos da juíza, o dano moral é caracterizado por dor, vexame, sofrimento ou humilhação que foge a normalidade e interfere na esfera psíquica do indivíduo causando-lhe desequilíbrio efetivo em seu

bem-estar. E, nesse caso, a exposição foi vexatória diante de todos os vizinhos. O direito à inviolabilidade da imagem está protegido pela Constituição Federal, conforme o artigo 5°, inciso XXVIII: "são assegurados, nos termos da lei a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas".

O Código Civil também dispõe sobre o tema, em seu artigo 20: "salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais".

De qualquer forma, não existindo violação ao direito de privacidade, e sem que estas gravações sejam utilizadas para monitorar a vida privada das pessoas, como no caso de um adultério (o que não seria finalidade do condomínio), as imagens podem ser cedidas. Na ocorrência de crimes, uso de drogas, agressões, porém, é importante que as mesmas sejam verificadas de forma discreta com os responsáveis para resguardo dos moradores e o síndico do prédio.

Caso algum morador queira ter acesso às imagens, deverá solicitar formalmente,

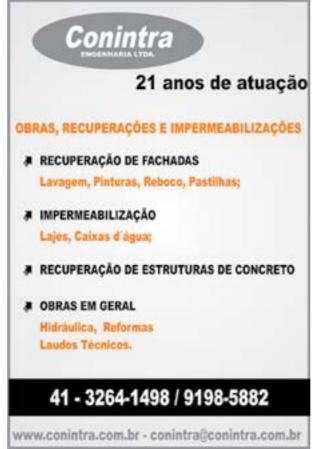
e em alguns casos, de acordo com a gravidade, por meio judicial ou por ordem de autoridade policial. Lembrando que é extremamente proibida a utilização das imagens para fins pessoais ou outros que não seja o resguardo do patrimônio e a segurança do condomínio. Nos casos que envolvam prejuízo patrimonial, como furtos e batidas de automóvel, por exemplo, não existe problema na visualização das imagens e fornecimento de cópia.

*Advogado especialista em Direito Imobiliário, consultor em condomínios e sócio do escritório Karpat Sociedade de Advogados.











Jurisprudência

AC 10024081501637001 MG (TJ-MG) publica-Data ção: 24/03/2014 Émenta: AÇÃO DE CO-BRANÇA - TAXA CON-DOMÍNIO - COBERTU-RA - CÁLCULO PELA FRAÇÃO IDEAL - LE-GALÍDADE - PREVISÃO CONVENÇÃO E EΜ AUSÊNCIA DE DESPRO-PORCIONALIDADE HONORÁRIOS - CRITÉ-RIO DE FIXAÇÃO. - A taxa de condomínio, calculada segundo a fração ideal se revela adequada e justa, porquanto prevista em convenção de condomínio e à luz das disposições legais, observando, ainda, o princípio da proporcionalidade, entendido como necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito - O patrocínio profissional deve encontrar remuneração condizente com a nobre e elevada atividade exercida pelo advogado, devendo o Juiz, ao arbitrá-la, se ater à lógica do razoável, estabelecendo a remuneração em patamar proporcional beneficio patrimonial debatido, à complexidade da causa, o conteúdo do

TJ-MG - Apelação Cível trabalho jurídico apresentado e a maior ou menor atuação no processo. Se o valor estabelecido não se mostra razoável e proportementa: AÇÃO DE CO-BRANÇA - TAXA CON-

TJ-PR 8410280 PR 841028-0 (TJ-PR) (Acórdão) publica-Data 22/03/2012 cão: APELAÇÃO Ementa: CIVEL ACAO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO CON-**DOMÍNIO QUE** SE RECUSA A RECEBER TAXA DE COBERTURA SUBDIVIDIDA ¬ AUS-ÊNCIA DE FUNDA-MENTO - DOIS APAR-**TAMENTOS** UNIDOS DESDE A CRIAÇÃO CONDOMÍNIO COMPROVAÇÃO SEPARAÇÃO DAS UNI-DADES - TAXA CON-SE DOMINIAL QUE DUPLICOU E PASSA A SER COBRADA COM A NOVA FRAÇÃO IDEAL DOS APARTAMENTOS DESNECESSIDADE **REGISTRO** DE DO IMÓVEL ¬ SUFICIÊN-CIA DA CIÊNCIA DO CONDOMÍNIO SOBRE QUEM EFETIVAMENTE

OCUPA O IMÓVEL. RE-CURSO DESPROVIDO UNANIMIDADE. 1. Não é necessário que o encargo condominial seja cobrado apenas do proprietário do imóvel. O artigo 9° da Lei n° 4591 /64, prevê a possibilidade de cobrança do possuidor, seja a que título for. 2. Se duas unidades foram desmembradas, o encargo condominial deve ser cobrado a partir das novas frações ideais existentes, sem que seja necessário estar registrada a nova unidade.

TJ-SP Agravo de Instrumento ΑI 00645678920138260000 0064567-SP 89.2013.8.26.0000 (TJ-SP) publica-Data de 07/05/2013 cão: Ementa: CONDOMINIO. AÇÃO DECLARATORIA DE NULIDADE DE CO-BRANÇA DE TAXA CONDÓMINIAL COM BASE NA FRAÇÃO IDE-AL CUMULADA COM CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. PEDIDO DE TUTELA ANTECIPA-DA VOLTADO A DETER-MINAR OUE O CON-DOMÍNIO PROCEDA À EMISSÃO DE BOLETOS

MENSAIS DE CONTRI-BUIÇÃO CONDOMINI-AL, PARA A UNIDADE DE COBERTURA DO AGRAVANTE, EM VAL-OR CORRESPONDENTE DIVISÃO IGUALI-TÁRIA DAS DESPESAS NÚMERO DE PELO UNIDADES. **ALÉM** AUTÓRIZAR DE DEPÓSITO EM JUÍZO DA DIFERENÇA APU-RADA. AUSÉNCIA DE ELEMENTOS SUFICI-ENTES PARA A AFIR-MAÇAO DA PROBA-BILÍDADE DO DIREITO ALEGADO. **AGRAVO** IMPROVIDO. 1. O deferimento da tutela antecipada sem observância do contraditório deve pressupor uma situação em que o retardamento da providência implicará dano irreparável ou de difícil reparação. No caso em exame, o prejuízo a considerar é de natureza patrimonial e facilmente reparável, até mesmo diante simples compensação de valores. 2. Não se depara com elementos suficientes para afirmar a presença da probabilidade do direito afirmado, o que também afasta a possibilidade do deferimento da

medida, fazendo-se ne-

cessário o exercício contraditório. 3. Não é caso de deferir o depósito judicial de valores, por se tratar de obrigação de rateio de despesas relacionadas à coletividade condominial.

TRF-5 - Agravo de Instrumento AGTR 64426 2005.05.00.034742-5 (TRF-5) Data publica-28/04/2008 cão: Ementa: Agravo de Instrumento. SFH. Caixa Seguradora. Sinistro. Cobertura securitária. Risco de desmoronamento. Desocupação do imóvel. Danos materiais. A seguradora responde pela indenização dos prejuízos materiais decorrentes da desocupação de imóvel, objeto de contrato de financiamento regido pelo SFH, quando ocasionada pelo risco de desmoronamento da construção, incluindo o pagamento das despesas relativas ao aluguel, IPTU, taxa de condomínio, energia elétrica e água, durante o período em que o imóvel estiver interditado ou sob reparação. Agravo improvido.





Condomínio: Fachada Interna

A questão da modificação das áreas internas do condomínio, tais como portas de entrada trazem muita controvérsia, desde da discussão se as portas das unidades compõem fachada interna ou não, até quais são os direitos dos moradores sobre elas. De qualquer forma, é certo que a fachada, mesmo que interna, compõe a harmonia da edificação, e está em parte na área comum. Desta forma, a sua modificação deve ser precedida de análise a convenção, regimento interno. No silêncio destes instrumentos quanto a permissibilidade de qualquer alteração, a assembleia com maioria simples, tem poderes para padronizar, ou autorizar pequenas modificações que não comprometam de forma significativa a concepção arquitetônica da edificação.

Lembramos quando se tratar de alteração de fachada, o Artigo 1.336, I do CC, veda qualquer modificação, salvo pelo voto da una-

nimidade dos condôminos. Nessa linha, os Tribunais tem sido decidido de forma favorável as pequenas alterações, desde que não comprometam de forma estética a fachada e não exista vedação na convenção e Regimento Interno, ainda, dependendo da modificação, se exige que tenha a aprovação da assembleia. Assim foi decidido na Ap. nº 0200276-92.2010.8.26.0100 - 6ª Câmara de Direito Privado - Rel. Des. PERCIVAL NOGUEIRA - j. 13-9-2012) "CONDOMÍNIO. Obrigação de fazer. Demolitória. Alteração de fachada. Substituição de porta de entrada da unidade TRIBUNAL DE JUSTIÇA **PODER** JUDICIÁRIO São Paulo APELAÇÃO Nº 1000988-79.2014.8.26.0562 SANTOS VOTO Nº 11829 F/K/E/I/C/G 5/5 autônoma, voltada para o corredor interno do andar. Insubsistência. Porta de entrada da unidade não é fachada. Ausência de prejuízo para a estética

do edifício. Inocorrência de depreciação do condomínio. Ensinamentos doutrinários e precedentes jurisprudenciais, inclusive da Câmara. Sentença mantida. Apelo a que se nega provimento."

mesmo No tido o TJ-SP - APL: 10009887920148260562 SP 1000988-79.2014.8.26.0562, Relator: Edson Luiz de Queiroz, Data de Julgamento: 10/12/2014, 5^a Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 12/12/2014) "Obrigação de fazer. Condôminos. Alteração de porta de entrada de unidade autônoma (consultório). Alegação de violação da Convenção de Condomínio. Sentença de improcedência. Motivação da r. sentença adotada como fundamentação do julgamento em segundo grau. Aplicação do artigo 252 do RITJSP. Mera substituição da porta social de entrada do consultório não significa mudança de fachada interna, o que reclamaria a incidência das limitações previstas no Código Civil e na Lei nº 4.591/1964. Pequenos ajustes não afetam o equilíbrio panorâmico, não violando harmonia arquitetônica interna. Honorários advocatícios. Manutenção. Adequação à situação dos autos e em consonância com os parâmetros do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil. Recurso não provido.

forma, Desta pequenas alterações portas de entradas, halls internos, e demais locais que podem ser entendidos como fachada interna, podem ocorrer desde que não con

trariem a convenção, Regimento Interno e tenham a aprovação da assembleia para que possa padronizar a alteração. Nesse caso o entendimento é que o quórum de maioria simples atende. Porém, se as alterações forem substanciais, mesmo que em áreas internas, ou contrariarem os diplomas acima mencionados, será necessária a aprovação de unanimidade da massa condominial.

*Advogado especialista em Direito Imobiliário, consultor em condomínios e sócio do escritório Karpat Sociedade de Advogados.









O uso responsável do salão de festas

O mês de dezembro, para a maioria dos condomínios residenciais, costuma ser o mais concorrido pelos interessados em utilizar o salão de festas. A programação é extensa e inclui desde as tradicionais brincadeiras de amigo secreto a confraternizações entre amigos e colegas de trabalho, festas familiares, ceias, dentre outras celebrações típicas do final do ano.

Com tanta demanda, é necessário que o síndico seja rígido ao cobrar respeito às regras de convivência previstas pela Convenção e as orientações para o uso das dependências coletivas do condomínio. Nesses casos, ser "informal" ou muito "flexível" pode acarretar prejuízos, como os relatados por Tibério Silva, síndico de um residencial localizado na cidade de João Pessoa (PB).

"Administro um condomínio localizado em um bairro universitário e há

muitos jovens no prédio, com os quais sempre me dei relativamente bem apesar da diferença de idade. Certa vez o salão de festas foi reservado por uma moradora e ela, sem consentimento algum, 'emprestou' o espaço a um outro vizinho para uma festa. O salão foi devolvido com muita sujeira nas paredes e cadeiras danificadas", conta. O caso rendeu constrangimentos.

"Fui obrigado a cobrar explicações e ressarcimento por parte da moradora, uma vez que inicialmente a reserva estava no nome dela, e a mesma tentou se esquivar da responsabilidade argumentando que não era sua culpa. O impasse foi resolvido com aplicação de multa, mas o pior foi todo o transtorno causado", comenta Tibério.

A convivência dentro de um condomínio é regida por regras que existem para serem cumpridas. O salão de festas é um equipamento feito para o lazer e disponibilidade dos condôminos, mas deve ser utilizado com responsabilidade. Para isso, algumas orientações devem ser seguidas:

- 1) O salão de festas só poderá ser ocupado mediante agendamento prévio, cuja prioridade se dá para quem registrar solicitação com maior antecedência.
- 2) O zelador ou outro funcionário deve ficar responsável por verificar as condições do espaço antes e após o uso, com a finalidade de verificar se houve algum dano material.
- 3) Ao reservar o salão de festas, o condômino deve assinar um termo de responsabilidade pelo espaço e tudo nele contido, assumindo o compromisso de ressarcir possíveis prejuízos.
- 4) O limite de altura dos ruídos, bem como o horário do silêncio no prédio são válidos também para o salão de festas e de-

vem ser respeitados à risca.

- 5) O condômino que ocupar o salão de festas está automaticamente responsável pela conduta de seus convidados nas áreas comuns do condomínio.
- 6) O salão de festas não deve ser usado para eventos com fins lucrativos, como festas para as quais se paga

- o ingresso, por exemplo.
- 7) O consumo de drogas ilícitas ou álcool por menores de 18 anos deve ser rigorosamente vetado.

Jornalista é colaboradora do Jornal do Síndico









Dicas

Tinta contra fogo

Você já ouviu falar nas tintas anti-incêndio? Elas já são populares em edifícios empresariais há algum tempo e agora estão com custos bem mais acessíveis para quem deseja levar mais segurança também ao ambiente residencial. A tecnologia desses produtos possibilita que, ao entrar em contato com o calor, seja formada uma espécie de espuma, o que pode elevar o tempo que o material pintado resiste às chamas. As tintas intumescentes à base de água podem ser encontradas em versões destinadas à cobertura de diferentes tipos de superfícies, como madeira, metal, drywall e plásticos. Pesquise as opções no mercado e leve essa ideia para o condomínio.

Pagamento de 13º

Uma das garantias asseguradas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (conjunto de normas que rege o trabalho formal no país) é o pagamento do décimo terceiro salário, também conhecido como gratificação de Natal ou subsídio de Natal. Embora possa variar, ele consiste em um valor geralmente aproximado ao de um salário mensal. O não pagamento é considerado uma infração que pode resultar em pesadas multas para o empregador no caso de autuada por um fiscal do Trabalho.

Muitos empregadores optam por repassar a primeira parcela do 13º no meio do ano e isto é legal. A Lei 4.749, de 12/08/1965 determina que o adiantamento da 1ª parcela, correspondente a metade da remuneração devida ao empregado no mês anterior, seja paga entre os meses de fevereiro até o último dia do mês de novembro (30 de novembro). Já a 2ª parcela deve ser quitada até o dia 20 de dezembro, tendo como base de cálculo a remuneração deste mês, descontado o adiantamento da 1ª parcela.

Revestimento de banheiros

Os banheiros de uso comum são ambientes que merecem atenção, uma vez que são cômodos utilizados não apenas por moradores, mas também por visitantes. Transmitir uma boa imagem é fundamental para valorizar imóvel agregar valor. Para por ambiente, infinidade revestimentos. existe uma opções

O papel de parede com acabamento vinílico ou PVC é resistente e pode ser usado em lavabos (a ausência de chuveiro diminui a umidade). Já os ladrilhos hidráulicos são revestimentos para banheiro mais tradicionais, que estão voltando à moda, e dão colorido ao espaço. O porcelanato é atualmente o queridinho dos revestimentos, pois está disponível em várias cores, formatos, tamanhos e texturas. O preço dele é atrativo e garante ótimo custo/benefício.

As pastilhas são mais uma opção para a composição do banheiro social do condomínio, pois são de fácil manutenção e podem ser combinadas com outros revestimentos mais baratos, o que ajuda a reduzir o custo da obra. Também é possível utilizar mármores e granitos em banheiros mais clássicos. No entanto, eles necessitam maior investimento financeiro.







Condomínios podem endurecer penalidades a inadimplentes

A inadimplência sempre foi o principal desafio a ser administrado por um síndico. Esse problema, no entanto, vem se agravado nos últimos meses, colocando muitos condomínios brasileiros no vermelho. A inflação e todos os fatores que desenham a atual crise econômica no país contribuem para uma desordem também nas finanças condominiais. Só na cidade de São Paulo, o número de ações judiciais por falta de pagamento de condomínio aumentou 28% em 2015.

Um dos motivos apontados por muitos síndicos como justificativa para a inadimplência nos condomínio é o percentual de juros cobrados pelo atraso nos pagamentos, que são bem menores que os de outros compromissos que o condômino precisa arcar. Com penalidades

mais brandas, ele tende a relegar as taxas prediais ao último lugar em sua lista de despesas prioritárias.

Esse contexto, entretanto, deve ser modificado gradativamente nos próximos meses. Isso porque, em decisão inédita, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) abriu um precedente para multar quem não paga em dia: o inadimplente que não cumpre com seus deveres perante o condomínio, poderá, desde que aprovada sanção em assembleia, ser obrigado a pagar multa em até dez vezes o valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais, conforme a gravidade da falta e a sua reiteração.

A repetição da falta é critério fundamental para caracterizar o condômino como um "mau pagador" contumaz ou um inadimplente circunstancial, aquele que geralmente paga em dia, mas falha algumas poucas vezes. A aprovação de tal medida em assembleia se dá com a anuência de dois terços dos condôminos.

O entendimento da Quarta Tuma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) se deu ao negar provimento a recurso interposto por um grupo empresarial de cons+ truções e empreendimentos. A construtora, segundo consta nos autos, é devedora recorrente e desde o ano de 2002 tem seus pagamentos efetuados mediante apelo na via judicial, com atrasos que chegam a mais de dois anos.

O Grupo foi condenado a pagar os débitos condominiais acrescidos das penalidades previstas em lei, tais como multa de mora de 2%, além de juros e correções. Deveria incidir ainda penalidade de até 10% sobre o valor da quantia devida, conforme regimento interno

do condomínio. A empresa questionava a aplicação de sansões conjuntas, alegando estar sendo penalizada duas vezes pelo mesmo fato, o que por lei seria inviável.

O relator do caso, ministro Luis Felipe Salomão, reconheceu que não há controvérsia ao definir aplicação da penalidade pecuniária de 10% sobre o valor do débito cumulada com a multa moratória de 2% para o caso em questão, já que, conforme versa o artigo 1.337

do Código Civil, a multa poderá ser elevada do quíntuplo ao décuplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais.

"Uma coisa é a multa decorrente da execução tardia da obrigação, outra (juros moratórios) é o preço correspondente à privação do capital que deveria ser direcionado ao condomínio", apontou o ministro.

Jornalista é colaboradora do Jornal do Síndico









Morador de apartamento na cobertura de prédio deve pagar mesma taxa de condomínio

O juiz Rodrigo de Silveira, da 4ª Vara Cível de Goiânia, determinou a redução da taxa condominial de cinco moradores do Residencial Solar Gran Bueno, proprietários de apartamentos na cobertura do prédio, que estavam pagando um valor superior à dos demais condôminos. Ao igualar no mesmo patamar esse montante e anular duas cláusulas da Convenção do Condomínio, o magistrado julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pelos residentes, que possuem imóveis na cobertura com dimensões maiores que os outros e, por essa razão, arcavam com um custo maior do condomínio. Em suas considerações. Rodrigo de Silveira verificou que, na grande maioria dos condomínios, as unidades maiores constituem a minoria, de modo que dificilmente a contribuição igualitária entre os condôminos será aprovada pela Assembleia geral, cuja soberania, a seu ver, não pode diferenciar os apartamentos mais simples daqueles que tem área maior, como no referido caso. De acordo com ele, qualquer acepção em sentido contrário denota manifesto contrassenso, uma vez que tal fato não aumenta a despesa do condomínio, não confere ao proprietário maior beneficio em detrimento dos outros e não prejudica os outros moradores. "Pouco importa se no condomínio há unidades de 100, 200 ou 300 metros quadrados, todos os moradores devem despender os mesmos valores a título de taxas condominiais", observou ao citar o artigo 5°, caput, da Constituição Federal (CF), que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. No que pertine às coberturas,

o magistrado constatou que há uma cultura predominante, porém equivocada, no sentido de que os imóveis do gênero, por serem maiores dão mais despesas e custos e que, portanto, devem participar do rateio de forma mais efetiva. "A assembleia dos condôminos é livre para estipular a forma adequada de fixação da quota condominial, desde que obedecidos os requisitos formais, preservada a isonomia e descaracterizado o enriquecimento ilícito de alguns condôminos. O rateio igualitário das despesas condominiais não implica, por si só, enriquecimento sem causa dos propri

rior Tribunal de Justiça (STJ).

etários de maior fração ide-

al", acentuou, baseando-se

em entendimento do Supe-

*Centro de Comunicação Social do







Classindico

ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS



ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS

SÍNDICO PROFISSIONAL

COBRANÇAS EXTRAJUDICIAIS E JUDICIAIS

(41) 3222-7045

www.administradoradombosco.com.br

AJARDINAMENTO



Servicos de Jardinagem e Paisagismo

🚮 cleanjardinagemepaisagismo

ANTENAS

ANTENAS PARA TV VHF - UHF - DIGITAL VENDAS, INSTALAÇÕES E CONSERTOS

Ruz São Bento, 575 - Curitiba - Paraná

»Cobrança Judicial e Extrajudicial de Taxas Condominiais

> » Defesa e Assessoria Preventiva Trabalhista

> > »Intermediação de Conflitos

(41) 3091-9841 / 8490-0544

www.advcq.com.br

BOMBAS E MOTORES

REIDAS

PLANTÃO 24hrs (41) 9942-8472 9612-5441

Manutenção e Instalação de Bombas Limpeza de Caixas D'água Esgotamento de Foços e Garagens

Manutenção de Quadros de Comando www.reidasbombascuritiba.com

3226-0696

contato@reidasbombascuritiba.co





COBRANCA CONDOMINIAL

Jutela Condominial Serviços Especializados de Gestão de Cobrança

Serviços Especializados de Cobrança

3222-7045

COLETA DE RECICLÁVEIS



TROCAMOS SEU LIXO RECICLÁVEL POR PRODUTOS DE LIMPEZA OU SACOS DE LIXO

A Ecorecicle efetua coleta de lixo reciclável em condomínios com data programada. Sem custo para o condominio ou empresa LIGUE E AGENDE UMA VISITA!

3296-1300 / 9881-7713

CONTABILIDADE CONDOMINIAL



DEDETIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D' ÁGUA



CIP/MIP - Desinsetização - Descupinização - Desratização Desinfecção Técnica de Caixas D'Água

Eng.* Agr.* Glauco S. Buccieri Cel.: 9917-7190

Fone: 3298-6633

Rua Moysés Gutztein, 477 - Curitiba/PR

gts.gts@terra.com.br

Desintupitec Serviços

Desintupidora e Dedetizadora Limpeza de caixa d'água, forro e calhas Desratização - Dedetização - Descupinização 3667-0710 / 8451-5975

desentupitecservicos.com.br - desintupitec.desin@hotmail.com.br

ENCANADORES



DETECTAMOS VAZAMENTOS OCU

IMPERMEABILIZAÇÃO DE CAIXA D'AGUA SUBSTITUIÇÃO DE FLANGES E PRUMADA CONSERTO DE VRP (VALVULA RED DE PRESSÃO

345-1203 770-2349







Manutenção e Vendas de Extintores. Vendas de Placas NPT 20.

(41) 3267-8207

www.ferreirsextintores.com.br

GÁS - SERVICOS E EQUIPAMENTOS PARA GÁS



Medidores de Gás para Condominio Aquecedores - Central de Gás Reguladores

Hidrômetros com Telemetria



Instalação - Manutenção

/ 9600-1890

ILUMINAÇÃO



NA LEDPAR VOCÊ ENCONTRA UMA LINHA COMPLETA DE LÂMPADAS. REFLETORES E LUMINÁRIAS LED. VISITE NOSSO SHOWROOM

41 3339-3355 | WWW.LEDPAR.COM.BR

Av. Desembergador Hugo Simas, 1856, CJ.O3 - Bom Retiro - Curitiba/PR

IMPERMEABILIZAÇÃO

Especializado em impermeabilização



3289-7253 (41) 9700-4754 9892-8967

Parcelamento próprio em até 24x

25 anos no mercado Atendemos Curitiba, Região e Litora Lique já e agende seu orçamento sem compromisso

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO



3027-1770 (41) 3027-1471 9823-3800

- Limpeza e Conservação de Ambientes
 - Serviços Gerais
 - Portaria 24 horas
 - Cobertura de Férias e Afastamento

www.higiforte.com.br comercial@higiforte.com.br

MANUTENÇÃO PREDIAL

MANUTENÇÃO PREDIAL

Pinturas e Reformas em geral

- Lavagem com Alta Pressão
- Recolocação de Pastilhas
 - Confecção de Juntas de Dilatação

3556-1564

9653-6631 / 9990-6163 www.presservice.com.br

contato@presservice.com.br



(41) 9878-1044

PARCELAMOS SEU PAGAMENTO

Atendemos no Litoral!

- Lavagem e Pinturas Prediais;
- Construção e Reformas:
- Impermeabilização;
- Troca de Pastilhas; DryWall e Gesso;
- Elétrica e Hidráuli

VS engenharia ▶ Projetos ▶ Construções

- Reformas em geral
- ➢ Revitalização predial
- Retrofit

Agende um Orçamento

vs.engenharia@outlook.com



Global Service Reformas Tecnologia em Construção Civil

Construção e reformas em geral Telhados - Pintura - Impermeabilização Serviços de acabamentos - Estrutura Metálica

www.globalservicereformas.com.br contato@globalservicereformas.com.br



3257-8816

- Impermeabilização em lajes com aplicação de manta asfáltica;
- Lavagem de fachadas;
- Pintura (simples e especial);
- Recolocação de pastilhas;
- Teste de percussão em pastilhas e revestimentos;
- Colocação de pedras (são tomé, madeira e outras);
- Colocação de pisos e azulejos;
- Calçadas em paver, blocos, etc.

NÃO COBRAMOS ORÇAMENTO PAGAMENTO PARCELADO

www.senoservicos.com.br - predial@senoservicos.com.br

MANUTENÇÃO PREDIAL



"DO SUBSOLO A COBERTURA**

 Recuperação e reforço estrutural - Impermeabilização - Reforma, Reparos - Revitalização de fachadas

- Manutenção Predial em geral

contato@reconstrucoes.com.br 3045-9597 / 9959-2282



SERVIÇOS EM CONDOMÍNIOS

3055-2423 / 9926-7093 / 9256-9731

www.aprecisao.com.br - contato@aprecisao.com.br



3274-2264 9800-6120

- Lavagens de alta pressão
- Impermeabilização de lages e fachadas
- Pinturas lisas e texturas em geral
- Tratamento de trincas, fissuras e rachaduras
- Tratamento de ferragens expostas
- Limpezas pós obra
- Colocação de pastilhas e porcelanatos
- Recuperação e aplicação de rejuntes

mrxmanutencaopredial@gmail.com

IDER SERVIÇOS E REFORMA LTDA

Mão de Obra * Carpinteiros * Pedreiros * Azulejistas * Pintores Grafiato * Textura * Projetado* Pintura Lisa * Pintura Decorativa * Mármore e Granito

3265-0556 9644-1148 (Marcelo)



3521-7807 9626-0020 8480-0395

Pintura e Lavagem - Impermeabilização Execução e Instalação Elétrica e Hidráulica Revitalização de Fachada - Recuperação Estrutural Reformas e Construção - Telhados e Revestimentos Laudos Técnicos e Projetos

mebengenhariaemanpredial@yahoo.com.br





atendendo Curitiba!

Pintura Predial * Lavagem Predial Grafiato / Textura * Telhado / Calha / Rufo * Estrutura Metálica Serviço de Serralheria * Impermeabilização / Revitalização de Fachadas

3155-2324 / 3027-2223 / 9534-2324 / 9132-2324 / 8471-7366

fastdurocryl@yahoo.com.br

MANUTENÇÃO PREDIAL

TECNOARTE

3528-2064 / 9737-1355

Elétrica - Hidráulica - Pequenos Reparos Localização de vazamentos ocultos Especializada em tubulação de incêndio

Prumadas e Recalques INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE NDIVIDUALIZAÇÃO DE LEITURA HIDRÓMETRO

w.tecnoartemanutencao.com.br



(41) 3362-3089

reparos & reformas

 Construção e Reformas
Impermeabilização Hidráulica e Elétrica • Manutenção de Telhados

orcamento@solucaoreparosereformas.com.br www.solucaoreparosereformas.com.br



3356-1153 9994-6229 9846-0665

Lavagem e Hidrojateamento de fachadas a partir de R\$1,99/m²;

Reposição de Pastilhas; Pinturas Especiais; E Laudo Técnico;

Recuperação Estrutural; Tratamento de Infiltrações.

10 anos de tradição

www.athosengenharia.com

andre perry arquitetura + desde 1995

041 9225 8665(vivo) 9858 4868 (tim) 8776 0698 (ciaro)

rua jaime balão nº 765 curitiba-Pr

AVALIAÇÃO PERICIA FISCALIZAÇÃO

REFORMA gerenciamento

obras INSPECÃO PREDIAL

PINTURAS



CAMPO GRANDE

Tim 9923-0365 Tim 9901-3827 Vivo 9129-5499

3265-6878

Pinturas - Textura e Grafiato Vivo 9197-1903

Lavagem - Impermeabilização Recuperação de Pastilhas -Telhados

www.campograndereformas.com.br

LAVAGEM E PINTURA PREDIAL

Garagens - Escadaria - Hall entrada Piso - Demarcação - Portas Grades

(41) 3367-5332 / 8405-9151 / 9944-2626

Serviços de pinturas lisas e especiais - Textura e Grafiato Reformas em geral do piso ao teto

9819-5773

PINTURAS



"Opção para um ótimo atendimento"

3308-5100 9757-9781

www.phtconstrutora.com.br pht.contato@gmail.com

CONSTRUÇÃO

Pieturas e Texturas Prediais e Residenciais Construção e Reforma "Retrofit

SERRALHERIA

Estruturas Metalicas Portoes Coberturas Policarbonatos

Pinturas e Lavagens - Padronização de Garagem Pisos especiais em epóxi e tecnocimento Quadras Esportivas

3524-1112 evidenciapinturas@yahoo.com.br Av. Senador Souza Naves, 1457 · Cristo Rei · Curitiba · PR



 Pintura predial interna e externa; ·Aplicação de textura projetada em fachadas: ·Impermeabilização;

 Limpeza e recuperação de concreto aparente e pastilhas.

3209-9165

9819-9165 / 9777-6134 sulbrasilservicos@gmail.com



Recuperação e Pintura de Fachadas Reposição de Pastilhas - Impermeabilização Pintura e Reparo em Garagens - Hidrojateamento Solicite orcamento!

3249-1819 / 9958-2195 / 9249-1739

www.matospinturas.com.br

MULT P COR TINTAS

* Tintas imobiliárias * Ferramentas e utensílios para pintura

* Textura e grafiato

Mão de obra qualificada

Reformas - Reparos **Pinturas** Limpezas prediais Revitalização de fachada

3042-7929

multicor_tintas@yahoo.com.br

Especializada na Instalação e Manutenção de: Portas Corta-fogo

PORTA CORTA-FOGO

CERTA BRASIL ADINALDO

9925-3699 CLEIDE 9955-6497 8433-3545 Barras Anti-pânico Acessórios (todas as marcas) Orçamento sem compromisso

8433-3545 www.certabrasil.com.br - certabrasil@certabrasil.com.br (41)3327-1291

Saídas de emergência

SERRALHERIA

erralheria Metal Forte

SERRALHERIA MÓVEL

Estruturas Metálicas - Corrimão - Calhas Escadas - Reformas de Grade em Geral Assistência Técnica e Conserto de Portões



ATENDIMENTO 24 HORAS

9970-8045 / 9142-8249 3699-7164

serralhariametalforte@bol.com.br

Reformas - Estruturas Metálicas - Mezaninos - Grades Guarda Corpo - Portões - Corrimãos - Lixeiras Automação de Portões, Janelas e Portas em vidro temperado



3552-4151 / 9813-3005 tic.serralheria



TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

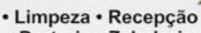
IETROPOLE

Portaria - Zeladoria - Jardinagem Serviços Gerais em Condomínios

3274-6113 / 3042-8004 www.grupometropole.com.br







Portaria • Zeladoria

 Vigia • Cobertura de Férias Jardinagem

3343-7701 / 7812-9470

www.magglobal.com.br comercial@magglobal.com.br



As melhores marcas num só lugar. É só ligar!

(41) 3338-6844

Fazemos entregas

Sacos de lixo reforçados - Produtos de limpeza em geral Escadas e varais - Lixeiras, containers e acessórios Vassouras, rodos e acessórios - Produtos para piscina

Tudo para mármore, granito e porcelanato











www.formularlimp.com.br - formular@onda.com.br



3209-7740 / 8838-5172 www.pinturasdias.com.br

Lavagem Predial - Pinturas - Textura - Grafiato ESPECIALIZADO:

> Construção e Reformas de Telhados Aplicação de Manta em Cisternas Pisos e Caixas d'agua

Parcelamos sua obra em até 24 vezes sem juros.